

Liame entre Serviço Social e Trabalho

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Liame entre Serviço Social e Trabalho

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L693 Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico] /
Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-22-2
DOI 10.22533/at.ed.222182808

1. Assistentes sociais. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Serviço
social – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 361.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Liame entre o Serviço Social e o Trabalho” apresenta uma série de 26 artigos com temas relacionados às áreas de políticas públicas, garantia de direitos, relações com o mundo do trabalho e a formação profissional dos assistente sociais.

Através dos artigos é possível identificar expressões da questão social presentes no atual contexto social, especialmente no Brasil, e que são expressos através da vivência de situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A abordagem realizada com relação às políticas públicas e políticas de garantia de direitos possibilita o reconhecimento das especificidades presentes em cada uma destas no que se refere aos desafios e potencialidades identificadas no campo da proteção social.

A produção de conhecimentos através das pesquisas na referida área mostra-se essencial no atual contexto brasileiro, em que encontram-se em risco os avanços e garantias conquistados pela classe trabalhadora no que se refere à implementação de políticas públicas que devem materializar as ainda recentes previsões estabelecidas a partir da vigência do Estado Democrático de Direito no país.

Desejo uma boa leitura a todos e a todas, e que este e-book possa colaborar para a formação continuada de estudantes e de profissionais atuantes nas políticas públicas, bem como, para contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas às temáticas então apresentadas.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Sônia Lopes Siqueira

Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

CAPÍTULO 2 13

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Carolina Quemel Nogueira Pinto

CAPÍTULO 3 30

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Tassiany Maressa Santos Aguiar

EIXO 2: POLÍTICA DE ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 4 39

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Suely de Fátima Ramos Silveira

CAPÍTULO 5 52

PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Stela da Silva Ferreira

Abigail Silvestre Torres

CAPÍTULO 6 67

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ASSISTENCIALISMO, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA

Amanda Cardoso Barbosa

EIXO 3: POLÍTICA E SAÚDE

CAPÍTULO 7 76

A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cláudia Helena Julião

CAPÍTULO 8 90

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria Maura de Moraes

Neusa da Silva Queiroz

EIXO 4: SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL ESTATAL

CAPÍTULO 9 105

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ

Erick Dawson de Oliveira

Marluz Aparecida Tavares da Conceição

José Erasmo Silva

Maria Imaculada de Lima Montebelo

Karima Omar Hamdan

CAPÍTULO 10 117

O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Gabriel Cavalcante Cortez

CAPÍTULO 11 120

SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO

Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi

EIXO 5: POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS E VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

CAPÍTULO 12 124

O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

CAPÍTULO 13 133

AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS E CONCEPÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ludimila Rodrigues Nunes

Angela Maria Caulyt Santos da Silva

CAPÍTULO 14 144

CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP

Filipe Augusto Portes

Lucas Bueno de Campos

Vânia Aparecida Gurian Varoto

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Nayara Mendes Silva

CAPÍTULO 15 154

OPRESSÃO ÉTNICA E ESTIGMATIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS NAS PROPAGANDAS NAZISTAS

Amanda Cardoso Barbosa

CAPÍTULO 16 163

DIGNIDADES PERDIDAS: UM RELATO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Christiane Rabelo Britto
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva
Brunna Rabelo Santiago

CAPÍTULO 17 173

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

EIXO 6: O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 18 182

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Adriana Cristina Omena dos Santos

CAPÍTULO 19 193

AS CONTROVERTIDAS QUESTÕES DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jaime Hillesheim

CAPÍTULO 20 208

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques

CAPÍTULO 21 216

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUEÊS: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

CAPÍTULO 22 229

GESTÃO EMPRESARIAL E ASCENSÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO

Cristiane Spricigo

EIXO 7: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 23 249

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS SUPERVISORES DE

CAMPO E DOCENTES

Vivianne Riker Batista de Sousa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Maria Gracileide Alberto Lopes

CAPÍTULO 24 260

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULAÇÕES
PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo
Thamyres Siqueira Freire
Marlene Souza dos Santos

CAPÍTULO 25 270

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: CRÍTICA À
ILUSÓRIA CONCEPÇÃO BURGUESA DE REALIDADE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
José Rangel de Paiva Neto

CAPÍTULO 26 281

SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: CONFLUÊNCIAS E DESAFIOS

Nilvania Alves Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

Universidade Paulista-UNIP, Santana de Parnaíba-SP.

RESUMO: Este estudo tem como objetivo conhecer os principais fatores que motivam ou estimulam os membros de uma família a cometerem violência sexual contra suas crianças e compreender, quais são as políticas sociais que amparam as crianças vitimadas pela violência sexual intrafamiliar. O método utilizado foi pesquisa documental, bibliográfica. O silêncio disseminado por cada criança, vítima de violência sexual intrafamiliar é reflexo exclusivo do medo a que são expostas por seus algozes, e com o intuito de “preservá-las” da exposição escondem suas vítimas e as impele a acreditar que o silêncio é o melhor caminho.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção social; Política social, Violência sexual infantil.

ABSTRACT: This study aims to know the main factors that motivate or encourage family members to commit sexual violence against their children and to understand, what are the social policies that support children victims of sexual violence within the family. The method used was documentary, bibliographic research. The silence disseminated by each child, the

victim of intrafamily sexual violence, is a reflection exclusively of the fear to which their tormentors expose them, and with the intention of “preserving” them of the exhibition, they hide their victims and the Prompts you to believe that silence is the best way.

KEY WORDS: Social protection; Social Police, Child sexual violence.

INTRODUÇÃO

A violência sexual intrafamiliar infantil é um grave problema que necessita ser constantemente alvo de reflexões. É extremamente importante para o Serviço Social compreender os fatores que propiciam tais acontecimentos, tornando a pesquisa relevante para a ciência que busca trazer a luz do conhecimento o que outrora estava encoberto. Muitas crianças têm sido vítimas de violência sexual, em diversas esferas, mas trataremos a violência cometida no ambiente familiar, por seus membros contra outros que também a integram, sendo estes de estatura e idade menor. A criança por sua vez, sente-se intimidada e constrangida de mencionar a quem quer que seja, a violência sofrida, pois em alguns casos, há uma incerteza por parte da criança em decifrar se o ato é uma

violência ou uma forma de carinho. Neste caso, trata-se de crianças que passam a maior parte do tempo sozinhas e possuem certa carência de cuidados e acabam por não compreender que se trata de um abuso. Por outro lado, há crianças que ao serem abusadas sexualmente por um membro de sua família, passam a sentirem-se culpadas, sentimento este que as impede de denunciar e as faz calar, pois, sofrem ao imaginar o julgamento das pessoas em relação ao ocorrido e que de certa forma a responsabilizarão. Todo este medo é reflexo nítido da coação irresistível e obediência hierárquica, a qual estes pequeninos são submetidos.

É possível compreender o conceito violência sexual através da afirmação:

“Configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa. Ressalta-se que em ocorrências desse tipo a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré. (AZEVEDO, M.A. & GUERRA, p.98,1995)

Segundo o IBGE, no ano de 2010 foram diagnosticados 13 tipos de violações de direitos da criança e a violência sexual ocupa a 4ª colocação neste ranking, atingindo 25% das denúncias. Devemos ressaltar que quando ocorre a violência sexual outros direitos já foram violados. Dentre este percentual informado, 47% são meninas, 38% meninos e 15% não informados. De 0 a 7 anos estão 34% das vítimas, de 8 a 14 anos estão 40%. Infelizmente, o Brasil possui uma grande insuficiência de dados sobre a violência sexual infantil, sabemos que fatores como: pobreza, desigualdade social, exclusão e outros, estão interligados a esta ação.

Quando ocorre a violência sexual contra crianças, automaticamente houve a violação de direitos, mediante ao exposto, Serviços especializados e continuados são direcionados a crianças que sofreram abusos sexuais e suas famílias. Através do Serviço de Proteção Social que se organiza em seis eixos: análise da situação, mobilização e articulação. Defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil. Este plano que é referência para as três esferas de governo, estabelece a articulação como alicerce astuto dos direitos humanos sexuais da criança.

O objetivo da presente pesquisa é conhecer os principais fatores que motivam ou estimulam os membros de uma família a cometerem violência sexual contra suas crianças, identificando as causas do silêncio adotados pelas crianças, vítimas de violência sexual cometidos no seio da família, e, compreender através da pesquisa realizada, quais são as políticas sociais que amparam as crianças vitimadas pela violência sexual intrafamiliar.

Tendo em vista a atual conjuntura, do cenário que vislumbramos no decorrer de décadas, com o fator da violência sexual desferida sobre as crianças do nosso Brasil, acreditamos que acontecimentos de tamanha relevância, devem ser dignos de constantes reflexões. Faz-se necessário um empenho de forças, para compreender e combater este problema. São cidadãos que desconhecem sua condição na sociedade,

pois são na sua totalidade reféns do medo, o que os força ao mais doloroso silêncio.

Neste contexto, vítimas se tornam réus, pois a sagrada instituição “família” deve ser preservada de toda e qualquer mácula. Há um interesse de mudança para este cenário, desenhado nessas linhas, que nos conferem apreender um pouco desta realidade e fazer desta obtenção de conhecimento uma ponte, que possa conduzir a nossa sociedade por caminhos mais humanos, de tolerância, justiça e paz. Experiências de cunho pessoal motivaram esta pesquisa, mas sem permitir que as mesmas influenciassem os resultados, lembrando que um pesquisador deve despir-se de suas opiniões, deve ser imparcial, se faz necessário o conhecimento dos principais fatores que motivam ou estimulam os membros de uma família a cometerem violência sexual contra suas crianças. É muito importante um maior investimento em medidas de proteção por parte do Estado bem como um aprofundamento maior de forma a garantir a devida proteção e prevenção que a violência intrafamiliar contra criança exige.

Tendo em vista os objetivos propostos nesta investigação, a metodologia utilizada foi pesquisa documental, bibliográfica para o conhecimento de suas causas e a descoberta de um caminho para a real efetivação de direitos, proteção efetiva dos referidos, restauração da dignidade e total reconhecimento da cidadania dessas crianças.

1 | DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL INFANTIL NO BRASIL

Segundo o Censo IBGE (2010), o Brasil possui aproximadamente 61,4 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos, e mais de um terço deles se concentra no Sudeste.

A Organização Childhood Brasil, relata que “no ano de 2014 foram registrados cerca de 91 mil denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil, esses dados foram obtidos através do Disque Denúncia Nacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR)”. Segundo a pesquisa realizada pelo site, dentre os fatores que proporcionavam a violência destacavam-se: questões ligadas a raça, gênero, etnia, exclusão social, pobreza e desigualdade social. Os dados que serão aqui descritos foram colhidos de diferentes organismos. Veremos na tabela a seguir que a violência sexual ocupa o 4º lugar no ranking das violências sofridas pelo público infantil:

	Tipo de Violência	2013	2014
1º	Negligência	73%	74%
2º	Violência psicológica	50%	49%
3º	Violência física	43%	43%
4º	Violência Sexual	26%	25%

Tabela 1: Ranking das violências sofridas pelo público infantil

Fonte: Childhood Disque-denúncia – Violência Infantil – 2014

Segundo a Organização Childhood Brasil, quando a violência sexual ocorre com uma criança, todos os outros direitos foram violados, outro dado importantíssimo que essa pesquisa nos traz, é o fato de que a maioria das vítimas são do sexo feminino, como veremos na tabela a seguir:

Ano	Meninas	Meninos	Não informados
2011	55%	40%	5%
2012	50%	38%	12%
2013	48%	38%	14%

Tabela 2: Representação do percentual do gênero mais afetado pela violência sexual infantil

Fonte: Childhood Disque-denúncia – Violência Infantil – 2014

De acordo com o estudo realizado pela Organização Childhood Brasil, houve uma evolução na quantidade de denúncias nos anos 2012 e 2013, porém este número caiu no ano seguinte, como veremos na tabela a seguir:

Ano	Total de denúncias de Violência Sexual	% de abuso	% de exploração
2011	10.699	75%	25%
2012	40.699	78%	22%
2013	35.691	75%	25%
2014	25.595	75%	25%

Tabela 3: Evolução na quantidade de denúncias 2012 e 2013

Fonte: Childhood Disque-denúncia - Violência Infantil – 2014

Segundo dados coletados pela Childhood, através do Ministério da Saúde, nos revelam que em 2011 35% dos atendimentos registrados nas Unidades de Saúde, eram referentes a violência sexual e doméstica contra crianças de 0 a 9 anos. Puderam através da Polícia Rodoviária Federal identificar mais de 1.969 pontos de exploração sexual de crianças espalhados pelas rodovias brasileiras.

2 | FAMÍLIA E OS MOTIVOS PARA O FATOR VIOLÊNCIA

Segundo Azevedo e Guerra (1997), a instituição família é vista como uma organização comum, onde há uma estrutura composta por atores, em que cada um desempenha um papel pré-determinado pela sociedade, mas o modelo de família tem mudado com o passar dos anos e essas mudanças precisam ser reconhecidas

e administradas com naturalidade. Concordando com o pensamento da autora, reiteramos que a família não é uma composição uniforme, pois a própria assume várias composições desde a tradicional como diz o senso comum: pai (homem), mãe (mulher) e filhos; até as famílias construídas por uniões homoafetivas que ainda são alvo de críticas. Na teoria funcionalista o conceito de família remete a socialização de seus membros como ressalta a autora no trecho a seguir:

Segundo essa corrente, cujo expoente foi Talcott Parsons, a família é sobretudo uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. Tendo perdido ao longo da História, as funções de unidade de produção econômica e de participação política, a família teria função básica de socialização primária das crianças e de estabilização das personalidades adultas da população. O funcionalismo acentua enfaticamente a importância de a criança ter, nos primeiros estágios de desenvolvimento, uma relação especial, íntima e intensa com a mãe. O isolamento da família nuclear, uma de suas características básicas, manifesta-se no fato de que seus membros, pais e filhos ainda dependentes, ocupam em geral uma habitação separada, não partilhada com membros da família de origem de nenhum dos esposos; no caso típico, essa unidade doméstica é economicamente independente, subsistindo principalmente do rendimento da ocupação do pai/marido. (AZEVEDO E GUERRA, 1997, p. 54 e 55).

Segundo Azevedo e Guerra (1989) a desigualdade social traz inferências ao universo infantil, como a mortalidade infantil que dizimou milhares de crianças; a extrema pobreza em que várias crianças vivem no Brasil, sem contar o expressivo número de crianças que estão fora da escola, que resulta em um alto índice de adultos analfabetos. Além da desigualdade social que propicia diversos fenômenos como fome, miséria, violência entre outros. Em acordo pleno com as autoras, acrescentamos que a parcela da população mais prejudicada são as crianças, devido a sua fragilidade e a vitimização a que são subordinadas.

Em Azevedo e Guerra (1989) as autoras ressaltam que a violência é uma mazela advinda ou melhor acentuada pelo capitalismo, o que nos impele a acreditar, que os resquícios do capitalismo impacta negativamente principalmente nas famílias de baixa renda, que por sua vez reproduzem um ciclo a que foram submetidas anteriormente, isso se dá através do desemprego, da fome, do alcoolismo, do analfabetismo, do difícil acesso a bens e serviços; o que gera desigualdades sociais, uma sensação de inferioridade nessa parte da população, que em alguns casos recorrem ao crime, as drogas, ao álcool, que resulta em violência generalizada, ou seja, a quem a recebe e a quem a reproduz. Porém a violência não está condicionada as populações menos abastadas, pois a própria está entranhada em nossa sociedade desde os primórdios, não respeitando raça, religião, classe social, gênero, entre outros.

3 | OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL NO CENÁRIO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NO BRASIL

De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (2016), no dia 13 de julho de 1990, começou a vigorar a lei 8.069, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como um marco que condecora crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e expõe a imposição de uma rede de atendimento absoluto à infância e a juventude. Este marco se realizou na história brasileira através da junção do empenho de vários setores da sociedade organizada. As revoluções das políticas públicas dependem de instrumentos como: os Fundos e os Conselhos, Nacionais, Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, assim como: seminários, conferências e mobilizações que trazem reflexão sobre o futuro de nossas crianças e adolescentes.

Conforme cita Rizzini (2006), os conceitos afixados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) busca criar circunstâncias favoráveis a criação de redes de atendimento à família, com ênfase na política de assistência social. Conceituando através do ordenamento urbano o atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social em duas modalidades: na proteção social básica através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e da proteção social especial representado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), este trabalho em rede pauta-se em colocar o indivíduo como parte mais importante do processo, dedicando a este ser social atendimento especializado e de qualidade. Esta rede deve ser tecida por vários departamentos das políticas sociais e todos devem ofertar atendimento integral, as crianças, adolescentes e suas famílias, assistência social, educação, saúde, habitação e os demais departamentos devem estar alinhados para corresponder as necessidades dos atendidos. Em total acordo com as autoras afirmamos com base no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006, pág. 69), onde enfatiza-se que o Estado deve suprir as necessidades sociais das famílias, crianças e adolescentes, ofertando serviços de qualidade que resguardem e promovam a superação da violação de direitos, com vistas ao fortalecimento dos vínculos familiares.

Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) é de extrema importância capacitar e criar mecanismos para que as famílias combatam suas vulnerabilidades, ousando com isso desmistificar a inveracidade de que as instituições de acolhimento e de regeneração são mais indicadas e capacitadas a cuidar de uma criança ou adolescente mais do que sua própria família. É possível compreender como se dá esse apoio no trecho a seguir:

O apoio a família deve se pautar pelo respeito à diversidade dos arranjos familiares, às diferenças étnico-raciais e socioculturais bem como à equidade de gênero, de acordo com a Constituição Federal. A defesa dos direitos de cidadania, deve ter

cunho universalista, considerando todos os atores sociais envolvidos no complexo das relações familiares e sociais e tendo impacto emancipatório nas desigualdades sociais. (BRASIL, 2006, p. 70).

Deve existir por parte dos profissionais a capacidade de compreender o contexto cultural em que estas crianças e adolescentes estão inseridos, respeitando suas particularidades, assim como suas limitações, citamos as crianças deficientes físicas, visuais, auditivas e intelectuais. Concordamos com o autor, e ressaltamos que é primordial que estes profissionais estejam comprometidos com a viabilização de direitos das crianças e adolescentes, que construam conjuntamente com os referidos uma nova história, respeitando seus anseios e solicitações, para que eles possam assumir o protagonismo de sua história.

Segundo o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2013), houve uma revolução no ano 2000, no que tange os direitos e as políticas de enfrentamento a violência sexual desferida contra crianças e adolescentes no Brasil, pois houve a aquiescência por parte do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), emerge o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, este Plano é de extrema utilidade, pois serve para monitorar políticas públicas relacionadas a esta temática, quanto como referencial para as organizações não governamentais e no que remete a mobilização social.

De acordo com o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2013), no ano de 2003, o então Presidente da República Luís Inácio Lula Da Silva, implementou por meio da Comissão Inter setorial de Enfrentamento da Violência sexual contra Crianças e Adolescentes, para desenvolver ações no confronto da violência sexual no Brasil, sendo essa Comissão composta por: 20 ministérios, mais 12 parceiros da sociedade civil organizada e agências internacionais. A mobilização foi tão grandiosa nesta época que resultou no surgimento de novas leis de combate à violência sexual infanto-juvenil.

4 | RESULTADOS OBTIDOS

Em nossa investigação constatamos que as políticas sociais avançaram no sentido de proteger e responsabilizar indivíduos que praticam a violência contra crianças e adolescentes à medida que priorizam o fortalecimento dos familiares em relação a protetividade dos direitos de crianças e adolescentes, educando através de atividades que remetam a reflexão da não violação sexual, ou de qualquer outro direito, e pontuam que são necessárias ações para que melhor sejam desenvolvidas e devam ser pautadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Concordamos com a colocação acima e reiteramos que os resultados são surpreendentemente positivos, quando há esta interação entre as redes e serviços ofertados, para garantir que os direitos dispostos na legislação vigente, possam ser de fato postos em prática.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa bibliográfica empreendida, foi possível mensurar a amplitude da temática abordada, durante a elaboração e a sintetização dos dados obtidos compreendemos que o fenômeno da violência sexual intrafamiliar infantil, não é um acontecimento recente na sociedade, pelo contrário, sua existência confirma-se desde os primórdios do descobrimento do Brasil. Foram necessários quatrocentos e noventa anos, para que algo efetivo pudesse ser desenvolvido com vias a proteger e amparar crianças e adolescentes em nosso país, com entusiasmo mencionamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trouxe consigo parâmetros legais para a tratativa e compreensão dos direitos e deveres desta parcela da população, que sofreu por longos períodos as dores ocasionadas por algozes que não recebiam punição por seus feitos, devido a interpretação de uma porcentagem da população que concebia crianças como objetos, estando estas acima apenas dos animais.

Foi enriquecedor tanto no âmbito acadêmico, quanto no que remete a compreensões pessoais inerentes a cada indivíduo, pesquisar sobre a violência intrafamiliar sexual infantil, revelou fatores relevantes como as causas do silêncio das crianças vítimas de violência sexual no cenário familiar, onde ficou explícito através do pensamento dos autores pesquisados, que este silêncio se deve ao medo que essas crianças sentem de serem estigmatizadas pela sociedade, sendo condenadas a guardar o segredo em troca de não serem apontadas nas ruas como alguém que sofreu tal abuso, impelidas a acreditar que são culpadas pelo ocorrido e pelas punições que o agressor possa vir a sofrer, ou seja, em uma sociedade onde a instituição família não pode ser maculada, colocando seus conflitos e escândalos sexuais debaixo de um tapete, para camuflar o problema e não causar estranheza aos demais, que porventura sabem que os casos de incesto na sociedade são muito mais frequentes do que os divulgados pela mídia e pelos dados estatísticos, pois muitos deles estão implícitos numa grande nuvem cinza chamada “medo”.

Este medo acima citado é um dos responsáveis pelo silêncio das vítimas, que se calam diante da violência sofrida e não denunciam seus agressores, porém além do medo, há um outro responsável por este silêncio, trata-se da ineficiência das políticas públicas que amparam as crianças vítimas de violência, que muito evoluíram nas últimas décadas, mas que não alcançam a satisfatoriedade no que remete o tratamento efetivo dos usuários destas políticas. Há uma defasagem na quantidade de profissionais responsáveis por estes atendimentos e que compõem uma rede direcionada a este público, além da insuficiência de recursos em novas políticas públicas, capacitação destes profissionais que devem ser cuidadosamente preparados para enfrentar os desafios e particularidades destes atendidos, com vias ao total desenvolvimento, psicológico e social dos indivíduos tão atual, e, que depende de uma junção de forças tanto da sociedade civil, quanto dos profissionais envolvidos, para que o seu enfrentamento incida em novas vitórias.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V.N.A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. SP, Iglu Editora, 1989.

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N.A. (orgs.) **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. SP, Cortez, 1997.

AZEVEDO, M.A. & GUERRA, V.N.A. **Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. SP, Robe, 1995.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil**. Brasília: MJ / SEDH / DCA, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contracrianca-e-adolescentes>> Acesso em: 27 de mar de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.../pncfc.pdf. Acesso em: 15 de fev. de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse Crianças no Censo de 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/especiais/criancas-no-censo-2010>> Acesso em 18 de jan. de 2017.

RIZZINI, I. (coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro: PUCRIO, 2006, p. 100-113.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-21-5

